ACÓRDÃO DA 1ª CAMARA	**:**	**AC01-G.RC-360/2015**
PROCESSO TC/MS	**:**	TC/23239/2012
PROTOCOLO	**:**	1272356
ÓRGÃO	**:**	MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO/MS
RESPONSÁVEL	**:**	DOUGLAS MELO FIGUEIREDO
CARGO DO RESPONSÁVEL	**:**	PREFEITO DO MUNICÍPIO
ASSUNTO DO PROCESSO	**:**	CONTRATO ADMINISTRATIVO - 13/2012
RELATOR	**:**	CONS. RONALDO CHADID

I - EMENTA:

3ª FASE. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE. APROVADO POR UNANIMIDADE

A execução financeira do termo de contrato mostrou-se regular, haja vista que a despesa foi devidamente empenhada, liquidada e paga, observando às disposições dos arts. 61 a 63, da Lei 4.320/64.

II - RELATÓRIO:

Trata-se de processo eletrônico em que se julgou a execução financeira do Contrato Administrativo nº 13/2012, celebrado entre o Município de Anastácio/MS e a empresa Briato Comércio Médico Hospitalar Ltda.-EPP, à aquisição de material permanente e equipamentos médico hospitalar e odontológico, para equipar a Unidade Estratégica da Saúde da Família-ESF e Altos da Cidade e reposição nas demais unidades de saúde do Município, no valor de R$ 72.841,00 (setenta e dois mil e oitocentos e quarenta e um reais).

A aquisição em epígrafe decorre do procedimento licitatório (Convite nº 04/2012), julgado, juntamente com a formalização do contrato supracitado, pela regularidade e legalidade, por meio da Decisão Singular nº 7804/2013 (folhas 176/178).

A equipe técnica ao analisar a documentação encaminhada sugeriu a intimação do Jurisdicionado - que se procedeu à folha 184, por meio do ofício nº 1311/2014 - para encaminhar os documentos que comprovem a integral execução financeira do contrato, acompanhados de planilha atualizada; termos aditivos, com a respectiva publicação, justificativa e parecer; e o termo de encerramento do contrato (Análise nº 112/2014 - folhas 180/181).

O Jurisdicionado encaminhou os documentos juntados às folhas 210/229 em resposta aos termos de intimação acima citados.

Reanalisando os autos a equipe da 5ª ICE concluiu que o presente processo se encontra em consonância com as normas de Licitações e Contratações da Administração Públicas e de Direito Financeiro, atendendo ao estatuído nas Instruções Normativas e no Regimento Interno desta Corte de Contas (Análise nº 4245/2014 - folhas 231/233).

O ilustre representante do Ministério Público de Contas emitiu parecer opinando pela legalidade e regularidade da execução financeira do contrato em epígrafe (Parecer nº 13402/2014 - folha 234).

É o relatório.

III - VOTO:

Relator: Conselheiro Ronaldo Chadid

Trata-se da análise da 3º fase do Contrato Administrativo nº 13/2012, aquisição de material permanente e equipamentos médico hospitalar e odontológico, para equipar a Unidade Estratégica da Saúde da Família-ESF e Altos da Cidade e reposição nas demais unidades de saúde do Município de Anastácio/MS.

Examinando as peças que compõem os autos e amparado pelas informações técnicas prestadas pela 5ª ICE, observo que foi remetida tempestivamente a este Tribunal de Contas toda documentação elencada na Instrução Normativa TCE/MS 35/11, necessárias para averiguar a licitude dos atos praticados pelo Ordenador de Despesas.

A documentação comprobatória apresentada pelo Jurisdicionado referente aos atos executórios demonstra que a execução financeira se apresenta da seguinte forma:

Valor do contrato	R$ 72.841,00
Valor empenhado	R$ 72.841,00
Despesa liquidada	R$ 72.841,00
Pagamento efetuado	R$ 72.841,00

Conforme demonstra o quadro acima, a despesa foi devidamente empenhada, liquidada e paga dentro dos ditames estabelecidos nos artigos 62 *usque* 65 da Lei 4.320/64 e em consonância com a Instrução Normativa TCE/MS 35/11, comprovados integralmente no valor R$ 72.841,00 (setenta e dois mil e oitocentos e quarenta e um reais). .

Mediante o exposto, acolho o parecer emitido pelo Ministério Público de Contas e nos termos do art. 59, inciso I, da Lei Complementar 160/12 c/c o artigo 120, inciso III, do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela RN/TCE/MS 76/13, VOTO pela REGULARIDADE da execução financeira do Contrato Administrativo nº 13/2012, por observância às disposições da Lei 4.320/64, aplicáveis ao caso em exame.

São as razões que fundamentam o voto.

Conselheira-Substituta Patrícia Sarmento dos Santos:

Com o relator.

IV - DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros da 1ª Câmara, na Sessão Ordinária de nº 04, de 31 de março de 2015, em conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos ACORDAM pela regularidade da execução financeira do contrato administrativo nº 013/2012, por observância às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, aplicáveis ao caso em exame. DISCUSSÃO: Nesta oportunidade ninguém fez uso da palavra. DECISÃO: aprovado, por unanimidade, o relatório e voto do Conselheiro Relator.

Participaram do julgamento: Excelentíssimo Presidente Senhor Jerson Domingos; o Excelentíssimo Conselheiro Senhor Ronaldo Chadid; Excelentís-

sima Senhora Conselheira-Substituta Patrícia Sarmento dos Santos; e o Representante do Ministério Público de Contas, Procurador de Contas, Dr. João Antônio de Oliveira Martins Junior.

Publique-se.

Campo Grande/MS, 31 de março de 2015.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator